

Progresso e Religião

A República no Brasil e em Portugal 1889 • 1910

Amadeu Carvalho Homem
Armando Malheiro da Silva
Artur César Isaia
(Coordenação)



Maria Aparecida Rezende Mota

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora do Pólo de Pesquisa sobre Relações Luso-Brasileiras do Real Gabinete Português de Leitura - Rio de Janeiro e professora de Teoria e Metodologia da História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DIÁLOGOS POSSÍVEIS NA PERIFERIA DA CIVILIZAÇÃO:

EDUARDO PRADO E EÇA DE QUEIRÓS

1. É possível encontrar alguma semelhança entre as inquietações que afligiam os escritores das últimas décadas do século XIX, e as que ocupam, hoje, nesses primeiros anos do século XXI, a consciência letrada de sociedades periféricas como o Brasil? Os tempos evidentemente mudaram, mas, o que dizer acerca dos desafios que os brasileiros continuam enfrentando para viver, em plenitude, a cidadania? Ao longo de quase duzentos anos de autonomia nacional, aprendemos a conviver com modelos institucionais mais ou menos impostos, com padrões culturais aceitos de maneira acrítica, com a ausência de grandeza da esmagadora maioria dos projetos políticos. As realizações comumente associadas a um projeto civilizatório, no Brasil, acabaram por produzir uma das mais desiguais sociedades do mundo contemporâneo. Os processos de mundialização econômica, associados à ação historicamente deletéria de extensos segmentos das chamadas elites brasileiras, resultaram num aprofundamento da desigualdade interna e da dependência externa e numa perda progressiva da memória social. Nossa auto-imagem, como nacionalidade, encontra-se, hoje, portanto, irremediavelmente dilacerada pelo permanente e constante conflito com o Outro, afinal nós mesmos — a Barbárie social, econômica, política e cultural —, contra-imagem de nosso eu coletivo, reflexo distorcido de uma Civilização que o Ocidente Europeu ofereceu aos Trópicos, ou obrigou-nos a aceitar.

Não iremos, entretanto descrever, aqui, o inventário de nossas dificuldades e misérias. Estamos, apenas, propondo trazer à cena — sob a luz de fundo dessas indagações e percepções do nosso presente, nesse início de mais um milênio —, as formas de pensamento e as imagens textuais construídas por dois escritores oitocentistas no limiar do século XX — um português, Eça de Queirós, e um brasileiro, Eduardo Prado —, sobre o tema da Civilização. Para além, todavia, desse primeiro nível de leitura, queremos propor uma interpretação da presença e da recorrência do tema, como o afloramento, no plano do *logos*, isto é, da consciência racional, do desejo, da aspiração apaixonada, da esperança — compartilhados, àquela altura, por toda uma geração de intelectuais em ambos os lados do Atlântico — de que Brasil e Portugal pertencessem, de fato, ao Ocidente civilizado.

Nesse esforço de elaboração simbólica de um pertencimento, de uma inclusão — pertencimento de uma comunidade imaginada, uma Nação, a uma outra comunidade imaginada, a Civilização Ocidental —, nossos escritores enfrentaram impasses e dilemas, o que acabou por revelar, em suas páginas, o embate ideológico entre Tradição e Modernização travado no interior da consciência letrada de duas sociedades periféricas, no tempo em que o imperativo civilizatório chamava-se Paris, Londres, Berlim.

2. Eça de Queirós e Eduardo Prado pertenciam a uma geração de escritores que, para além de todas as diferenças políticas, sociais, ideológicas e literárias que os separavam, tinha em comum este traço: pensar a nação. E pensar a nação significava descrevê-la, criticá-la, apontar seus problemas, prescrever remédios, sugerir modelos, projetá-la idealmente no futuro. Entretanto, não eram eles apenas dois intelectuais que viveram o mesmo fim de século separados por um oceano geográfico e mental. Trata-se, aqui, de situá-los, preliminarmente, como um brasileiro e um português que se conheceram, não se sabe muito bem em que circunstâncias, em algum dia, ao final dos anos 1880, provavelmente em Londres, e que, muito a propósito, passaram a se encontrar sempre, no *locus amoenus* da Civilização, Paris, tornando-se fraternos amigos até o fim de suas vidas.

José Maria de Eça de Queirós — nascido em Póvoa do Varzim, em 1845, filho e neto de magistrados, formado em Direito, por Coimbra, em 1866 — sempre viveu acossado por problemas financeiros, em meio às suas múltiplas atividades de jornalista, editor, romancista e funcionário público da carreira diplomática, para a qual ingressara por concurso público, tendo servido, de 1872 a 1888, em Cuba, Newcastle e Bristol. Transferido para Paris, em 1888, assumiu o cargo de Cônsul de Portugal, até 1900, quando faleceu. Em terras estrangeiras, onde viveu vinte e oito anos, produziu, portanto, sua extensa obra.

Eduardo Paulo da Silva Prado, nascido em São Paulo, em 1860, também formado em Direito, porém, pela Academia de São Paulo, pertencia a uma abastada família paulista de proprietários rurais e homens de negócios. Seu irmão mais velho, Antônio Prado, era conselheiro do Império, membro do Parlamento, ministro de Estado e fazendeiro; seu outro irmão, riquíssimo negociante e membro do Partido Republicano Paulista. De sua mãe, Dona Veridiana da Silva Prado, os testemunhos da época referem uma grande dama que recebia seus convidados para freqüentes jantares e saraus no solar da família — no centro de uma chácara, à capital da província — prédio imponente, em estilo renascença, cujos ornamentos, «tapetes, alfaias, bibelôs, cadeiras de estilo, estofos e cortinas»¹, mandara trazer da Europa. Os biógrafos de Eduardo Prado narram que, em 1887, quando o Imperador Pedro II esteve em São Paulo, Dona Veridiana colocou todos os seus filhos e netos em fila, desde o portão da chácara até a porta principal de seu palácio, «como se fosse a família real de um Estado a receber um soberano amigo»². Nesse quadro familiar de abundância e prestígio, o filho mais moço de Dona Veridiana bacharelou-se na turma de 1881, após o que, por dilettantismo, dedicou-se a escrever artigos de crítica literária e política internacional para o «Correio Paulistano», aos estudos históricos e às viagens

¹ MOTTA FILHO, Cândido. *A vida de Eduardo Prado*, p. 25.

² *Idem*, p. 17.

pelo mundo. Durante um breve período trabalhou como adido na legação brasileira em Londres, mas, acabou estabelecendo-se em Paris, dividindo seus dias pelos alfarrabistas, antiquários, museus, arquivos e bibliotecas, e suas noites, pelos *cabarets* de Montmartre, os teatros e as ceias em seu apartamento à *Rue Rivoli*, onde recebia escritores, artistas e amigos brasileiros, portugueses e franceses. Inveterado gastador, volta e meia pedia socorro à família para manter essa vida mundana e cosmopolita. Vinha ao Brasil, pelo menos uma vez ao ano, e, aqui, ou melhor, em sua fazenda de café do Brejão, Município de Santa Cruz das Palmeiras, São Paulo, desfrutava, segundo suas próprias palavras, «sossego, árvores e flores, horta e pomar, cozinheira francesa, biblioteca...»³.

Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, Eduardo Prado, que estava em Paris, abandona o mundanismo e as crônicas leves para atirar-se, num estilo irônico e veemente, contra as novas instituições do Brasil. Eça de Queirós, à época diretor da *Revista de Portugal*, abriu-lhe as páginas da publicação, onde, sob o pseudônimo de Frederico de S., o brasileiro que se notabilizara na Cidade Luz, por seu hedonismo requintado, apresentaria a série de artigos de denúncia aos atos praticados pelo governo republicano, e que seriam, poucos anos depois, reunidos em livro, sob o título *Fastos da ditadura militar no Brasil*.

Como explicar o espaço concedido a um conservador numa revista dirigida por um inovador, desde os tempos de Coimbra engajado no combate ao atraso e à rotina da sociedade portuguesa? Seria possível um português progressista em conluio com um brasileiro reacionário?

3. Para Eça de Queirós, Eduardo Prado, rico, elegante, refinado, culto e viajado, era uma espécie de síntese das qualidades supremas que a Civilização Ocidental fizera florescer nos Trópicos. A correspondência entre os dois testemunha o afeto e a admiração recíprocos, patenteados ainda, pelas

³ *Apud* MOTTA FILHO, Cândido. *Op. cit.*, p. 65.

referências elogiosas recorrentes nas cartas a amigos comuns e familiares. Contudo, além da origem social, da idade e do temperamento — Eça, tímido, franzino, metódico, feio; Eduardo Prado, exuberante, inquieto, alto, belo de feições — os dois eram diferentes em outros aspectos. O Eça de Queirós que ofereceu a *Revista de Portugal* aos artigos anti-republicanos do amigo, já não era mais, certamente, aquele que, numa carta a José Joaquim Rodrigues de Freitas, datada de 1878, ao fazer a apologia do Realismo, «a grande evolução literária do século», manifestava a esperança de que seus romances pudessem «ter na sociedade e nos costumes uma influência profunda». Expondo — assim dizia ele — «ao escárnio, à gargalhada, ao desprezo do mundo moderno e democrático», o velho mundo burguês «sentimental, devoto, católico, explorador, aristocrático», *O Padre Amaro* e o *Primo Basílio* preparariam a ruína dessa sociedade «balofa e atrasada», constituindo-se, portanto, em «um auxiliar poderoso da ciência revolucionária»⁴.

Já não sendo mais um revolucionário, à altura em que dirigia a *Revista de Portugal* (e sendo representante, afinal de contas, da monarquia portuguesa em Paris), Eça, entretanto, mantinha um implacável espírito crítico. Em 1887, publicara *A Relíquia*, romance de denúncia à hipocrisia social e religiosa que grassava na sociedade portuguesa. No ano seguinte, com *Os Maias*, ampliaria o quadro da sociedade portuguesa para além dos vícios do clero e da péssima educação das moças, temas recorrentes nas obras anteriores, expondo a futilidade e o tédio das camadas dominantes, a sordidez da política de futricas e as disputas estéreis da Academia. Que singular comunhão de interesses poderia unir o mordaz desenhista das *Cenas da Vida Portuguesa* e Eduardo Prado, católico, aristocrata, monarquista, diretor de um jornal anti-republicano, o *Comércio de São Paulo*, e amigo do Imperador Pedro II (a quem velaria em seu leito de morte, em Paris, em 1891)?

⁴ QUEIRÓS, José Maria de Eça de. Correspondência (Suplemento). In: *Obras de Eça de Queirós*, v. IV, p. 1178.

A rigor não julgamos possível responder de forma precisa a essa questão. Podemos, contudo, utilizá-la como pretexto para o exame dos modos através dos quais esses dois intelectuais, tão distantes e tão próximos, pensaram o Brasil e Portugal nos marcos civilizatórios.

É preciso ressaltar, no entanto, que essa operação simbólico-literária — integrar a um centro civilizacional, **na** e **pela** escrita, nações periféricas — implicava uma contradição tremenda, insuperável mesmo. O impasse pode ser ilustrado pela carta escrita em 1888, a Eduardo Prado, por Carlos Fradique Mendes — *alter-ego* literário de Eça de Queirós, como querem alguns, ou criação de Antero de Quental, Eça e Ramalho Ortigão, como querem outros — na qual, o fictício *dandi* e poeta satânico alertava o amigo, e, por extensão, a todos os brasileiros, para a civilização de arremedo que aqui se construía. Afirmando que o Brasil havia perdido a oportunidade de «fundar a civilização especial que lhe apetecesse», no começo do século XIX, quando se livrara do «ouro e do regime colonial», Fradique Mendes aponta o rumo que o país deveria ter tomado naquela ocasião: tornar-se um «povo rural», um país agrário. A verdadeira nação somente floresceria, quando o Brasil

se instalasse nos seus vastos campos, e aí, quietamente deixasse que, dentro da sua larga vida rural e sob a inspiração dela, lhe fossem nascendo, com viçosa e pura originalidade, idéias, sentimentos, costumes, uma literatura, uma arte, uma ética, uma filosofia, toda uma civilização harmônica e própria, só brasileira, só do Brasil, sem nada a dever aos livros, às modas, aos hábitos importados da Europa.⁵

O fragmento sugere o dilema central dos intelectuais brasileiros e portugueses das últimas décadas do século XIX, preocupados com o lugar retardatário de seus respectivos países na «marcha da civilização». Se o imperativo civilizatório impunha a modernização dos esquemas mentais e

⁵ Queirós, José Maria de Eça de. A correspondência de Fradique Mendes. In: *Obra completa*, v. I, p. 226.

das instituições sociais, conforme os modelos de Paris, Londres e Berlim, como seria possível, para uma nação (como o Brasil ou Portugal), adotar esses padrões, mantendo, entretanto, sua identidade, o «caráter nacional» de seu povo?

Ora, examinemos esta noção, tão difundida entre os intelectuais àquela altura: o *caráter nacional*. Construída sobre as bases cientificistas das teorias geo-climáticas e raciais em voga — como a pressentimos, por exemplo, no romance naturalista brasileiro, nomeadamente em *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, com seus personagens movidos pelos instintos da raça em meio a uma paisagem exuberante e hostil; elaborada como o resultado da trajetória histórica de uma coletividade dispersa em direção a uma unidade de interesses e aspirações, como a vemos em Teófilo Braga, conduzindo Portugal à marcha ascendente para o progresso, da mistura étnica original ao estado positivo ou, ainda, na outra face da moeda, em Oliveira Martins, trazendo à cena historiográfica, um povo desfibrado, apático, aprisionado pelos padres e pela monarquia decadente, uma nação fracassada, desde a morte de Camões... Ela também está presente, ainda que oculta pelo paroxismo, na proposta radical de Antero de Quental que, a certa altura, não vê melhor solução para o país do que «desnacionalizar-se» através da união à Espanha. A apresentação/representação do caráter nacional — o «verdadeiro português» ou o «verdadeiro brasileiro» — constitui-se, portanto, no sub-texto do Romance e da História de escritores brasileiros e portugueses oitocentistas, caracterizando, assim, o discurso historiográfico e o discurso ficcional do período, como lugares privilegiados para o exame da construção imaginária da nação.

O escopo do presente artigo, entretanto, não comporta uma análise exaustiva dos modos através dos quais a comunidade imaginada emerge do discurso da Geração de 1870⁶. Por ora, privilegiemos o binômio Nação-Civilização e, em torno dele, as aproximações e as fugas, as linhas sinuosas do pensamento de Eduardo Prado e de Eça de Queirós.

⁶ Ver a esse respeito MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Brasil e Portugal: imagens de nação na Geração de 70 do século XIX*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1998.

4. O Portugal escrito por Eça de Queirós pode ser interpretado como em permanente oscilação entre a Modernização, representada por Paris, Londres e Berlim — ou seja, por uma aspiração ao avanço técnico, à abundância material e ao cosmopolitismo espiritual —, e a Tradição, representada pelo encantamento das melodias dos cavadores e das ceifeiras nos campos do Minho, dos carros-de-boi levando o mato pelos estreitos caminhos rurais e até pelo cordeiro assado acompanhado por caçarolas de arroz.⁷ Tudo isso era autêntico! Tudo isso era o verdadeiro Portugal! Entretanto, Eça foi acusado freqüentemente de «estrangeirado», «afrancesado» e de promover o «desaportuguesamento» de Portugal, com seus romances «franceses», isto é, ao estilo de Flaubert, Balzac e Zola.

No ensaio intitulado *Francesismo*, publicado postumamente nos *Manuscritos Inéditos*, em 1912, Eça defende-se das censuras declarando-se, «muito pelo contrário, vítima de afrancesamento que, desde tenra idade lhe incutiram e que continuou durante todas as fases de seus estudos até à obtenção do seu diploma de bacharel, adquirido através de noções transmitidas por livros franceses ou traduzidos do francês»⁸.

Todavia, não apenas nos estudos jurídicos revelava-se a imitação do modelo francês, mas, afirmava Eça, no mesmo ensaio, «é sobretudo na minha especialidade, na literatura que esta cópia do Francês é desoladora». Se a literatura é interpretada como uma das manifestações essenciais da nacionalidade — conforme Johann Gottlieb Fichte preconizara em seus *Discursos à nação alemã*, no início do século XIX — a imitação do estrangeiro implicaria um delito de lesa-pátria ou uma incapacidade de ser coletivamente, ou, por outra, uma dificuldade do *caráter nacional*. A crítica de Eça, como é possível constatar nos trechos abaixo, tendia para a segunda hipótese. Acentuando com traços mais caricaturais do que analíticos, o «caráter nacional» dos dois povos, ele opunha a França, «um país de inteligência», a Portugal, que «por temperamento, ama sobretudo a elo-

⁷ Cf. QUEIRÓS, José Maria de Eça de. Carta a Eduardo Prado (datada de 29 de maio de 1892). In: *Obras de Eça de Queirós*. v. IV, p. 1596.

⁸ Transcrito por MATOS, A. Campos. *Dicionário de Eça de Queirós*. p. 442.

qüência e a imagem»; a literatura francesa é, «desde Rabelais até Hugo, social, ativa, militante»; a portuguesa, «por tradição, é instinto, é idílica e contemplativa»⁹. O símbolo da França, prossegue, é o galo «que canta claro, com uma limpidez de clarim»; o símbolo português, o rouxinol, «geme na espessura mal alumiada dos arvoredos». Dos heróis franceses destaca-se o rei Francisco I, «enorme», «robusto», «ligeiro», «radiante». O herói português é «o poético e pensativo D. Sebastião». O escritor conclui que Portugal é um parasita e que caberia perguntar se, aos portugueses seria conveniente, ainda, continuar a sugar a França, «como uma pulga obstinada que pica o seio ressequido da carcaça de uma velha» ou se não seria melhor «ir procurar noutra corpo social a vida do nosso espírito»¹⁰.

Na introdução que Eça preparou, para a edição francesa de *O Mandarin*, escrita em 1884, já tratara desse tema, afirmando que «*nous imitons ou nous faisons semblant d'imiter em tout la France, depuis l'esprit de nos lois jusqu'à la forme de nous chaussures*». Assegurava, entretanto, que, em matéria literária, a imitação era não inevitável, mas, necessária. Estando a literatura portuguesa alheia ao mundo real, «*s'isolant dans les nuages, occupée à ciseler des préciosités de style*», afastada, portanto, da verdade social e humana, era imperioso domesticar esse idealismo lírico, fantasista, emocional, com as armas da racionalidade e da objetividade da literatura francesa, nomeadamente, do naturalismo francês:

*On s'est donc impose bravement le devoir de ne plus regarder le ciel — mais la rue. Seulement, faut-il le dire?, on faisait cette noble besogne, non par une inclination naturelle de l'intelligence, mais par un sentiment de devoir littéraire — j'allais presque dire de devoir public.*¹¹

Entretanto, retornemos à questão posta em *O Francesismo*. Em que outro corpo social, deveria a pulga portuguesa procurar se nutrir? Muito provavelmente na Inglaterra, já que Eça de Queirós considerava-a «como

⁹ *Idem*, p. 442.

¹⁰ *Idem*, *ibidem*.

¹¹ QUEIRÓS, José Maria de Eça de, *O Mandarin*. In: *Obras Completas*, v. II, p. 1036.

nação pensante, talvez a primeira»¹². Todavia o autor de *Os Maias* frequentemente demonstrou estar consciente de que essa Civilização, cujos modelos supremos, França e Inglaterra, deviam ser imitados, não produzia apenas riqueza, técnica e sublimes criações do espírito. De Bristol, na Inglaterra, onde residiu de 1879 a 1888, como funcionário da diplomacia portuguesa, Eça enviava regularmente artigos para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, onde já era uma celebridade, após a publicação de *O primo Basílio*. Em um deles, datado de 1882, intitulado *O Brasil e Portugal*, comentava com humor característico o artigo que o correspondente do *Times*, enviado para redigir uma série de matérias sobre os países da América do Sul, escrevera sobre o Brasil. E aproveita a oportunidade para discorrer sobre o seu próprio país.

A matéria do *Times* teria excitado o interesse e os comentários de outros jornais e aí, segundo as palavras de Eça, «se rompeu a falar do Brasil com simpatia, com curiosidade, com essas admirações ingênuas pela sua rutilante flora, esse pasmo quase assustado pela sua vastidão»¹³. O jornalista inglês comparava o Brasil com outros países da América onde esteve — Peru, Bolívia, Equador, Venezuela —, com evidente desvantagem para estes últimos, porque além da natureza pródiga, o povo brasileiro herdara a nacionalidade portuguesa e o espírito semieuropeu, do que derivava o respeito dos brasileiros pela opinião da Europa. Mas, para Eça, o correspondente havia cometido um erro crasso, quando, identificando, no Brasil, «esta bela qualidade de obedecer aos juízos do mundo civilizado», atribuiu-a à herança portuguesa; na verdade, não havia, segundo ele, nenhum país no universo onde se desprezasse mais o julgamento da Europa do que em Portugal. A demonstração da tese, embora saborosa, revela uma tendência recorrente na Geração portuguesa de 1870: o autodenegrimto, uma es-

¹² Carta de Eça de Queirós a Mariano de Pina, datada de 6 de junho de 1885. *Apud* MATOS, A. Campos. *Op. cit.*, p. 443.

¹³ QUEIRÓS, José Maria de Eça de. Cartas da Inglaterra e Crônicas de Londres. In: *Obras de Eça de Queirós*, v. 10, p. 165.

pécie de nacionalismo masoquista que se compraz em apontar e mesmo exagerar certos aspectos do *caráter nacional*. Vale a pena, portanto, transcrevê-la:

Somos o que se pode dizer um povo de bem, um povo boa pessoa. E a nação, vista de fora e de longe, tem aquele ar honesto de uma pacata casa de província, silenciosa e caiada onde se pressente uma família comedida, temente a Deus, de bem com o regedor, e com as economias dentro de uma meia... A Europa reconhece isto: e todavia olha para nós com um desdém manifesto. Por que? Porque nos considera uma nação de medíocres: digamos francamente a dura palavra — porque nos considera uma raça de estúpidos. Este mesmo «Times», este oráculo augusto, já escreveu que Portugal era, intelectualmente, tão caduco, tão casmurro, tão fóssil, que se tornara um país bom para se lhe passar muito ao largo e atirar-lhe pedras (textual).

O «Daily Telegraph» já discutiu em artigo de fundo este problema: se seria possível sondar a espessura da ignorância lusitana! Tais observações, além de descorteses, são decerto perversas. Mas a verdade é que numa época tão intelectual, tão crítica, tão científica como a nossa, não se ganha a admiração universal, seja nação ou indivíduo, só com ter propósito nas ruas, pagar lealmente ao padeiro, e obedecer, de frente curva, aos editais do Governo Civil. São qualidades excelentes mas insuficientes. Requer-se mais: requer-se a forte cultura, a fecunda elevação de espírito, a fina educação do gosto, a base científica e a ponta de ideal que em França, na Inglaterra, na Alemanha, inspiram na ordem intelectual a triunfante marcha para a frente...

Dir-me-ão que eu sou absurdo ao ponto de querer que haja um Dante em cada paróquia, e de exigir que os Voltaires nasçam com a profusão dos tortulhos. Bom Deus, não! Eu não reclamo que o país escreva livros, ou que faça artes: contentar-me-ia que lesse os livros que já estão escritos, e que se interessasse pelas artes que já estão criadas. A sua esterilidade assusta-me menos que o seu indiferentismo. O doloroso espetáculo é vê-lo jazer no marasmo, sem vida intelectual, alheio a toda a idéia nova, hostil a toda a originalidade, crasso e mazorro, amuado ao seu canto, com os pés ao sol, o cigarro nos dedos e a boca aberta às moscas... É isto o que punge.¹⁴

¹⁴ *Idem*, p. 169-170.

Eça transcreve, ainda, as críticas do jornalista inglês ao fato de que o Brasil, embora possuidor de tantas riquezas naturais e de tão imenso território tenha que importar mão de obra estrangeira — «italianos, alemães, negros» — para os trabalhos agrícolas, porque aos donos das terras repugna «agarrar o cabo da enxada, ou tomar a rabiça do arado». Na conclusão, adverte os brasileiros: teriam que trabalhar com suas próprias mãos, «ou então largar a rica herança que é incompetente para administrar», assinando que, à medida que o tempo vai passando, «vai-se tornando uma positiva certeza que todos os grandes recursos da América do Sul entrarão no patrimônio da humanidade»¹⁵. Ora, Eça entendeu a ameaça semi-encoberta e alertou seus leitores brasileiros: como o *Times* podia ser considerado, segundo suas próprias palavras, «a consciência escrita da classe média da Inglaterra», o artigo, na verdade, estaria vocalizando e reforçando aquilo que largos segmentos da sociedade inglesa — e, por extensão, da sociedade europeia desenvolvida — entendiam por processo civilizatório: conquista e anexação de regiões inteiras do globo onde a incompetência dos naturais criasse obstáculos à «Marcha da Civilização». Na «tradução» de Eça, o verdadeiro enunciado da matéria do *Times* indicava uma intimidação:

... quer ele dizer que o dia se aproxima em que a civilização não poderá consentir que tão ricos solos, como os dos estados do Sul da América, permaneçam estéreis e inúteis: e que se os possuidores atuais são incapazes de os fazer valer e produzir, para maior felicidade do homem, deverão então entregá-los a mãos mais fortes e mais hábeis. É o sistema de expropriação por utilidade de civilização. Teoria favorita da Inglaterra e de todas as nações de rapina.¹⁶

É provável que essa percepção da outra face da Civilização Ocidental, o Imperialismo, aliada à consciência do próprio fracasso e dos companheiros de ofício na realização do projeto de modernização de Portugal, tenha

¹⁵ *Idem*, p. 173.

¹⁶ *Idem*, *ibidem*.

conduzido Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins, quase duas décadas depois das Conferências do Casino — espécie de certidão de nascimento daquela que foi, talvez, a mais combativa geração que o mundo das letras jamais concebera, em Portugal —, aos jantares dos *Vencidos da Vida*, no Café Tavares ou no Hotel Bragança, na companhia de fidalgos da corte do rei Dom Carlos e da rainha Dona Amélia. Não por acaso opera-se a metamorfose de Portugal na escrita queirosiana: já não mais a «choldra» a ser necessariamente — quase despoticamente — submetida ao Progresso que chegava «aos pacotes», através dos caminhos de ferro, metáfora suprema da Modernização, mas o prístino encanto, a terna doçura das gentes e das terras interiores, onde se refugia Jacinto de Thormes, quando abandona Paris, enfermo de fatura da Civilização.

5. E Eduardo Prado? Ao contrário de Eça e de Portugal, ele e seu país ainda eram jovens, quando o século XIX chegava ao fim. Aqui não se tratava de perguntar *por que não somos mais o que fomos?* e sim, *o que somos?, o que poderemos ser?* No sentido inverso de sua geração — predominantemente cientificista, abolicionista, anticlerical e republicana —, empenhada em diagnosticar o atraso do Brasil, em preparar teorias que explicassem esse atraso e em propor soluções para integrá-lo à «marcha triunfante do Progresso», Eduardo Prado, por força de seu temperamento irrequieto e de seus recursos financeiros inesgotáveis, foi-se a viajar. Pelo Brasil, pelo Oriente, pela Europa. Com um apartamento montado em Paris, viveu a experiência do mundanismo e do diletantismo intelectual até que o Governo Provisório da República Brasileira iniciou seus «atos de violência» contra o que denominou de «índole histórica do Brasil».

De dezembro de 1889 a junho de 1890, Eduardo Prado publicou seis alentados artigos na *Revista de Portugal*, atacando o militarismo, nomeadamente o Chefe do Governo Provisório, Deodoro da Fonseca (que renunciaria em novembro de 1891); a «bacharelise revolucionária», encarnada no Sr. Rui Barbosa, Ministro da Fazenda, «letrado repentinamente transformado em

intérprete de um soldado ambicioso»¹⁷, e a «aventura jacobino-militar» que atentava contra a liberdade de expressão; que promovia o arbítrio da farda em detrimento dos direitos dos cidadãos; que expunha a nação ao ridículo no cenário internacional, pelos equívocos de sua diplomacia e de sua política financeira e, finalmente — supremo delito — que humilhara o Imperador Pedro II, «a única figura grande, a mais nobre personalidade», contra quem, o Manifesto Revolucionário do Governo Provisório, divulgado em 16 de novembro de 1889, «nem uma só acusação ousou formular e nem uma só queixa articulou»¹⁸.

Muito bem fundamentados pelas notícias que chegavam a Paris, via telégrafo, esses artigos revelam, para além do ressentimento próprio a um monarquista e amigo do monarca, face à *débâcle* do trono imperial, além dos estudos que Eduardo Prado desenvolvera — desde os tempos da Academia de Direito — acerca da História do Brasil, os traços de uma sociologia política da qual, é possível afirmar, teria sido um dos iniciadores no Brasil.

No primeiro artigo, «Os acontecimentos do Brasil», datado de 30 de novembro de 1889, o autor acentua o caráter civil das instituições monárquicas, então dissolvidas, responsáveis, segundo ele, pela inexistência, nas últimas décadas, dos pronunciamentos e quarteladas tão comuns no continente americano. Sobre esta vantagem da monarquia, sua opinião é categórica:

O divórcio do Imperador das coisas militares (...) foi o que salvou a civilização brasileira, mas foi o que perdeu a Monarquia. Num país sem instrução, onde a brutalidade da desordem militar devia primar sobre tudo, a Monarquia conseguiu, desde logo, formar a preponderância do elemento civil, coisa que, na América Latina, só o Chile conseguiu, muitos anos depois, e que a Argentina só ultimamente parece ter realizado.¹⁹

¹⁷ PRADO, Eduardo. *Fastos da ditadura militar no Brasil*, p. 22.

¹⁸ *Idem*, p. 15.

¹⁹ *Idem*, p. 16-17.

O ideário liberal, em sua formulação clássica, manifestado pela submissão à Lei como garantia dos direitos e liberdades individuais e limite à tirania do Estado ou das massas, pode ser identificado como a matriz do pensamento político de Eduardo Prado. Quando afirma que a Lei constitui a «força harmonizadora nas sociedades civilizadas», apresenta, por contraste, a instalação da Barbárie pela República, na medida em que o direito de fazer leis não mais pertencia à nação, já que, segundo ele «uns oficiais e uns civis quaisquer investiram-se a si mesmos dessa suprema atribuição»²⁰. E prossegue, no segundo artigo, «Ainda os acontecimentos do Brasil», datado de 9 de janeiro de 1890, denunciando a eliminação de todas as instituições representativas:

A liberdade do cidadão está confiscada. Hoje, no Brasil, não há tribunais, não há leis que protejam o indivíduo contra a violência, quando ela vem do governo. O cidadão é preso, deportado, sujeito a todas as agressões oficiais, sem ter recurso nenhum contra elas. O poder armado dos soldados e dos marinheiros não tem outro limite além da sua vontade tudo mostra que está destruída a civilização política do país.²¹

Não iremos, no entanto, prolongar esses comentários. Personalidades e instituições republicanas sofreram com a virulência dos ataques desfechados por Eduardo Prado, através das páginas da *Revista de Portugal*: o Generalíssimo Deodoro, beneficiário «de um ordenado superior ao de todos os presidentes da República do mundo, exceto o da República Francesa», cujos membros de sua «numerossíssima família», encontravam-se «muito bem empregados e largamente remunerados pela Ditadura»²²; Benjamin Constant, titular do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, oficial sem brilho, traidor do Imperador, de quem recebeu «os mais assinalados favores, ren-

²⁰ *Idem*, p. 41.

²¹ *Idem*, p. 26-27.

²² *Idem*, p. 23.

dosas comissões»²³; a Imprensa, completamente submissa, «nem sequer lamenta a perda da própria e antiga liberdade com que, em outro tempo, ridicularizava e, às vezes, insultava o velho imperador»²⁴; o Positivismo, «desvio cerebral de um gênio francês, fantasia que, no Quartier Latin, foi, há quarenta anos, uma *blague* sem espírito, já velha e fora de uso em Coimbra, há 25 anos»²⁵.

O estilo é veemente e os ataques, fulminantes. Entretanto, o que gostaríamos de destacar nesses artigos de Eduardo Prado, é a recorrência da palavra «civilização», muitas vezes acompanhada pelo complemento «brasileira». O sintagma *civilização brasileira* era, na verdade, um tanto incomum ao leitor da época, acostumado aos discurso cientificista. Supondo-se a noção de progresso como referente central desse discurso, é possível inferir o motivo da ausência do sintagma, em seu interior. Nas diversas modalidades cientificistas de enunciação da questão nacional, a idéia de *civilização* pressupunha o resultado de determinantes sócio-históricas ou biológicas. Neste sentido, o Brasil assumiria seu lugar ao lado dos Impérios, no *Concerto das Nações*, quando a sociedade brasileira atingisse o «estado positivo»; ou quando, entre as raças que habitavam o território, por origem ou por imigração, as superiores assimilassem as inferiores. Civilização, poderia também, significar o que jamais seríamos ou teríamos, porque éramos irremediavelmente mestiços. Todavia, para Eduardo Prado, a comunidade de origem, a raça, a língua, a religião idênticas não eram suficientes, nem para construir uma nação, nem para conduzi-la à civilização. A América Latina estava aí para prová-lo. O que favorecera o surgimento de uma «civilização brasileira», de acordo com suas palavras, teria sido a singularidade da nossa História, interpretada por ele, como o percurso de um povo disperso em direção à unidade, percurso este garantido contra as insurgências locais e separatistas, pela ação centralizadora da monarquia²⁶.

²³ *Idem*, p. 180.

²⁴ *Idem*, p. 98.

²⁵ *Idem*, p. 44.

²⁶ Cf. PRADO, Eduardo. *Op. cit.*, p. 14.

Essa era, portanto, a coordenada principal de sua censura ao governo republicano. A ditadura, conforme as palavras de Eduardo Prado, havia, já nos primeiros dias de seu triunfo, praticado «verdadeiros atos de vandalismo, destruindo monumentos públicos, removendo retratos, quebrando coroas». Mudara, inclusive, o nome do Colégio D. Pedro II pelo de Instituto Nacional de Instrução Secundária, eliminando e mutilando, enfim, os «vestígios da história brasileira»²⁷. O militarismo republicano, para o escritor paulista, significava mais do que a tirania do soldado-cidadão: ele, na verdade, temia a divisão do país em várias repúblicas, a partir da instauração do Federalismo. É neste sentido, ainda, que interpretava o surgimento, após a Guerra do Paraguai, desse novo exército — comandado por oficiais que nada mais eram do que «bacharéis discursadores, militares de livro francês, filosofantes do positivismo»²⁸ —, como uma ameaça à integridade nacional. O tema da civilização é, mais uma vez, retomado nesse exame crítico da nova liderança do Exército Brasileiro.

O soldado brasileiro que, na guerra do Paraguai, mostrou uma bravura tão constante, uma abnegação tão comovente nos maiores sofrimentos, tem ainda as mesmas qualidades. Infelizmente, não é boa a direção dada a essas qualidades. O oficial novo é, de um tipo bem diferentes do antigo. Já não existe mais o velho militar, descendente direto da milícia portuguesa das campanhas peninsulares, raça de oficiais aguerridos nas lutas do Sul do Brasil, que salvou a unidade do país sufocando as revoltas, sustentou a honra brasileira e defendeu a civilização, destruindo as tiranias militares de Rosas e de Lopez.²⁹

6. Eça de Queirós, decepcionado com os artifícios que o Ocidente Civilizado criara para multiplicar e desenvolver a ação e o conhecimento humanos, tão sedutores à periferia, — «todos os aparelhos reforçadores dos seus órgãos... todos os fios que disciplinavam ao seu serviço as forças

²⁷ PRADO, Eduardo. *Op. cit.*, p. 328.

²⁸ *Idem*, p. 64.

²⁹ *Idem*, p. 63-64.

universais... seus trinta mil volumes repletos do saber dos séculos»³⁰ — e desiludido com o alto preço cobrado pela Modernização — o tédio urbano, o fastio da utensilagem técnica, o desenraizamento do indivíduo, o desmantelamento da comunidade de origem —, propunha uma espécie de regresso de Portugal para o autêntico Portugal, duplamente representado pela rusticidade do Baixo Douro, com sua natureza «campestre e mansa»³¹, e pelo Fidalgo da Torre, Gonçalo Mendes Ramires, restituindo à nação abatida a «consciência de sua heroicidade», através da narrativa de proezas e lendas «só portuguesas, só nossas»³².

Para Eduardo Prado, a modernização do Brasil, na qual se engajara a consciência letrada de seu tempo, assumira a forma nefasta de uma República que, ao entronizar os novos costumes políticos, cometia um crime contra a nossa «índole histórica». As conseqüências danosas do pronunciamento militar seriam, no entanto, simplesmente interrompidas com o regresso da Monarquia, retomando a trajetória histórica da nação em direção ao seu destino coletivo.

Ambos, Eça de Queirós e Eduardo Prado, portanto, contrapõem à Modernização, a Tradição, numa operação semântica que favorece a associação da segunda (no quadro de referências no qual se inscreve a leitura da época) à construção imaginária de «uma comunidade compacta que se move firmemente através da história»³³. Ao propor o estabelecimento de uma continuidade com um determinado passado — em Eça, os séculos de conquista e glória e o tempo arcádico do *Portugal profundo*; em Eduardo, a época dos Orléans e Bragança, artífices da unidade nacional (e nós, sabemos, hoje, quanto tudo isso é relativo e discutível) — essa operação semântica desvela um significado meta-textual dos discursos historiográfico e ficcional oitocentistas; o Romance e a História produzidos àquela altura, podem ser interpretados como lugares privilegiados para a elaboração

³⁰ QUEIRÓS, José Maria de Eça de. A cidade e as serras. In: *Obra Completa*, v. II, p. 767.

³¹ *Idem*, QUEIRÓS, p. 869.

³² QUEIRÓS, José Maria de Eça de. A ilustre Casa de Ramires. In: *Obra Completa*, v. II, p. 488.

³³ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*, p. 45.

simbólica dessa moderna forma de vida coletiva, a nação. Assim, um «passado histórico apropriado»³⁴, ou seja, adequado, é trazido ao presente para «demonstrar» a origem e a permanência, no tempo, de um ritual, uma instituição, uma coletividade.

Inventores de tradições, na tradição da escrita historicista e romântica, Eduardo Prado e Eça de Queirós, esses dois «civilizados da periferia» deixaram, entretanto, para nós — nesse presente saturado de indiferença e de projetos civilizatórios fracassados — o testemunho da palavra empenhada no exame da nacionalidade; o desejo e a ação, compartilhados ainda ontem, no último século, por outras gerações de intelectuais, de aperfeiçoá-la. Talvez seja necessário, hoje, recuperar a dimensão dessa utopia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ed. Ática, 1989 (Série Temas, 9).
- HOBBSAWM, Eric J. e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MATOS, A. Campos (org.). *Dicionário de Eça de Queirós*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.
- MOTTA FILHO, Cândido. *A vida de Eduardo Prado*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967 (Coleção Documentos Brasileiros, 129).
- PRADO, Eduardo. *Fastos da ditadura militar no Brasil*. Com um Prefácio do Visconde de Ouro Preto. 4.^a ed. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1902.
- QUEIRÓS, José Maria de Eça de. A cidade e as serras. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Ed., 1970, v. II (Biblioteca Luso-brasileira).
- . A correspondência de Fradique Mendes. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1970, v. I.
- . A ilustre Casa de Ramires. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Ed., 1970, v. II (Biblioteca Luso-brasileira).
- . Cartas da Inglaterra e Crônicas de Londres. In: *Obras de Eça de Queirós*. Lisboa: Livros do Brasil S. A., 2000, v. 10.
- . Correspondência (Suplemento). In: *Obras de Eça de Queirós*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1986. v. IV.
- . O Mandarin. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1970, v. II.

³⁴ HOBBSAWM, Eric J. e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*, p. 9.